

PREFEITOS E NOTÁVEIS: AS ELEIÇÕES LOCAIS NO ESTADO DA BAHIA (1996- 2016)

Recebido: 18/08/2020
Aprovado: 29/10/2020

Giuseppe Federico
Benedini

Professor de História pela Universidade Estadual da Bahia (UNEB) no Departamento de Ciências Humanas do Campus I. A revisão do texto foi efetuada por Cíntia Glória Lima.

RESUMO

Fruto de uma pesquisa prosopográfica mais ampla acerca da classe política local no estado da Bahia, o presente artigo se propõe a traçar um perfil coletivo de todos os prefeitos eleitos por três ou mais mandatos, durante as últimas duas décadas. Esses oferecem a oportunidade de diagnosticar a sobrevivência de formas de personalismo político num contexto democrático. Após ter proposto algumas especificações terminológicas sobre conceitos quais caciquismo, caudilhismo, mandonismo e coronelismo, e ter posto em relevo as contribuições epistemológicas dos autores que se ocuparam do assunto, tentou-se identificar um tipo-padrão do notável político local, como se apresenta hoje em dia, através de uma análise estatística dos dados disponibilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral. Foi possível verificar, também, em que medida o poder estadual condiciona os processos eleitorais a nível municipal e, vice-versa, como os líderes locais influenciam, nos respectivos municípios, o voto para os candidatos a governador.

PALAVRAS-CHAVE: Classe Política; Política Local na Bahia; Personalismo Político; Notáveis Políticos

Introdução

Durante os últimos trinta anos, a partir da promulgação da Constituição Federal, em 5 de outubro de 1988, o Brasil experimentou, pela primeira vez em sua história, um regime político plenamente democrático. Se há quem considere democrático, com alguma razão, o período institucional compreendido entre 1946 e 1964, vale lembrar, outrossim, que o governo do general Dutra pôs na ilegalidade o Partido Comunista Brasileiro (PCB) já em 1947, por razões que perpassavam a política interna, e que, sobretudo, a Carta Magna de 1946 excluía do voto a população iletrada, a qual, em 1950, constituía 50,5% da população maior de quinze anos ou sua esmagadora maioria, quando considerarmos apenas as áreas rurais¹. De fato, a Constituição de '88 foi a primeira a prever o direito de voto para os cidadãos analfabetos, além de ter começado a vigorar três anos depois da eleição de um presidente civil, após uma ditadura militar que ocupou o poder por mais de vinte anos. Dela brotou uma república presidencial, cujo chefe de estado goza de amplos poderes, mas que tem sua capacidade de liderança política bastante limitada por um parlamento bicameral, eleito segundo o sistema proporcional, e pela conformação federal do País.

Essa combinação de presidencialismo e voto proporcional, única no mundo, ou pelo menos no conjunto das grandes democracias, gerou o que foi definido como “presidencialismo de coalizão”², isto é, um sistema de consociação no qual o partido do presidente, que nunca dispõe da maioria absoluta entre os parlamentares, é obrigado a pactuar, não somente com as formações políticas aliadas, mas também com deputados e senadores da oposição, para aprovar as leis que são de interesse do executivo. Este socorro externo, objeto de infinitas negociações, torna-se indispensável, pois os partidos brasileiros são associações extremamente voláteis, no interior das quais os líderes congressistas tem dificuldade em manter a disciplina, enquanto o transformismo político se torna a regra, todas as vezes em que os interesses particulares dos parlamentares não forem satisfeitos³.

O resultado é uma condição de perene instabilidade, como pode ser deduzido pelo fato de que, em apenas trinta anos de vida democrática, dois dos cinco presidentes eleitos – Fernando Affonso Collor de Mello, em 1992, e Dilma Vana Rousseff, em 2016 – tiveram de interromper antecipadamente seus mandatos, porque foram submetidos a um processo de *impeachment* por parte do Congresso Nacional.

Sem dúvida, o presidencialismo de coalizão é também o reflexo da complexidade que caracteriza a sociedade brasileira, atravessada por profundas divisões culturais e econômicas, as quais não ocorrem somente entre regiões diversas e distantes entre si, mas, com muita frequência, entre os próprios habitantes de uma mesma localidade.

1 “IBGE indica que o analfabetismo cai entre os maiores de 15 anos”, G1, Brasília, 16/11/2011. Disponível em: <<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2011/11/ibge-indica-que-analfabetismo-cai-menos-entre-maiores-de-15-anos.html>>. Acesso em 8 nov. 2020.

2 Sérgio Abranches. “Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro”. *Revista de Ciências Sociais*, vol. 31, n. 1, 1988, pp. 5-34. Disponível em: <<https://politica3unifesp.files.wordpress.com/2013/01/74783229-presidencialismo-de-coalizacao-sergio-abranches.pdf>>. Acesso em 9 de junho de 2017.

3 Giuseppe Federico Benedini. “I ‘Partiti Gassosi’: aspetti storici, alleanze elettorali e dinamiche parlamentari dei partiti politici brasiliani (1985-2016)”. *Mondo Contemporaneo*, n. 1, 2018, pp. 139-169.

É sobremodo evidente que o estudo da história do Brasil e o confronto com os demais países latino-americanos ajudam a explicar a origem e a consolidação de tais disparidades sociais e seus resultados políticos, porém, seria ainda mais interessante verificar como o personalismo político – entendido como exercício pessoal do poder⁴ – e outras formas tradicionais de dominação, ligadas a fenômenos como o nepotismo e o clientelismo, subsistam até os dias de hoje, num contexto democrático, quais fatores sistêmicos e não como meros resíduos do passado. Para a análise de tais questões, nos pareceu oportuno partirmos de um estudo conduzido na base do sistema, pela relações de poder que existem a nível municipal, para só depois considerarmos a combinação entre estas e as instituições de nível superior, desde as assembleias e os governos estaduais, até o parlamento e o governo federal.

O presente estudo de caso propõe, assim, uma análise baseada sobre dados do *Tribunal Superior Eleitoral* (TSE)⁵, acerca de um grupo de 131 políticos do estado da Bahia, que foram eleitos ao cargo de prefeito em três oportunidades, pelo menos, durante o período 1996-2016. Vinte deles venceram quatro das sete eleições municipais que foram disputadas no intervalo considerado; isso representa o máximo resultado que pode ser conseguido por um candidato, já que não lhe é possível, em virtude da reforma constitucional de 1997, exercer um mesmo mandato eletivo, com funções executivas, por mais de duas vezes seguidas⁶. Encontramos também quatro casos de políticos escolhidos como prefeitos em dois municípios diferentes, da mesma região, de forma sucessiva⁷ e três municípios que, em vinte anos, tiveram apenas dois prefeitos, eleitos alternadamente por três mandatos⁸.

Para não nos adentrarmos em uma casuística muito detalhada e atentando-nos ao mero resultado eleitoral, não consideramos a efetiva duração de cada mandato, que é, normalmente, de quatro anos, mas pode ser interrompido por razões diversas (demissões, cassação, enfermidade ou morte).

Traçamos o perfil desses 131 políticos, verdadeiros representantes da elite política local na Bahia,

4 Ou seja, no sentido que esse conceito tem no contexto latino-americano. Ver, por exemplo, George Youkhardar Allis. “El personalismo político”, *La Prensa*, Panamá, 30/3/2013. Disponível em: <https://impresa.prensa.com/opinion/personalismo-politico-George-Youkhardar-Allis_0_3627387294.html>. Acesso em 30 de dez. de 2017. É preciso evitar, portanto, confusões com o termo “personalismo” assim como foi teorizado, no âmbito do catolicismo político, em Emmanuel Mounier. *Il personalismo*. Milano: Garzanti, 1952. Resulta bastante útil, ao contrário, o confronto entre a ideia de personalismo político com as reflexões acerca da “personalização” da política na contemporaneidade, mas sem subentender, no primeiro caso, a preexistência de partidos ideologicamente estruturados.

5 TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL - TSE, *Eleições anteriores*. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleitor-e-eleicoes/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-2016/eleicoes-2016/>>. Acesso em 30 de dez. de 2017.

6 Trata-se de: Jailma Dantas Gama Alves (em Banzaé), Oberdan Rocha Dias (em Barra do Choça), Reginaldo Martins Prado (em Candiba), João Paulo de Souza (em Érico Cardoso), José Ronaldo de Carvalho (em Feira de Santana), Gilson Manoel Fonseca (em Itagibá), Antônio Mário Lima Silva (em Lajedinho), José Ricardo Rodrigues Barbosa (em Lapão), Valdemar Lacerda Lima Filho (em Malhada), José Ricardo Leal Requião (em Miguel Calmon), Wilson Araújo Matos (em Nordestina), Júlio Bernardo Brito Vieira Bittencourt (em Paramirim), José Clementino de Carvalho Filho (em Remanso), Tito Eugênio Cardoso de Castro (em Riacho de Santana), Wilson Ribeiro Pedreira (em Salinas da Margarida), João Barbosa de Souza Sobrinho (em São Desidério e Barreiras), Joaquim Belarmino Cardoso Neto (em Sátiro Dias e Alagoinhas), Gilmar Ribeiro da Silva (em Tabocas do Brejo Velho e Brejolândia), Francisco Hélio de Souza (em Terra Nova) e Guilherme Menezes de Andrade (em Vitória da Conquista)

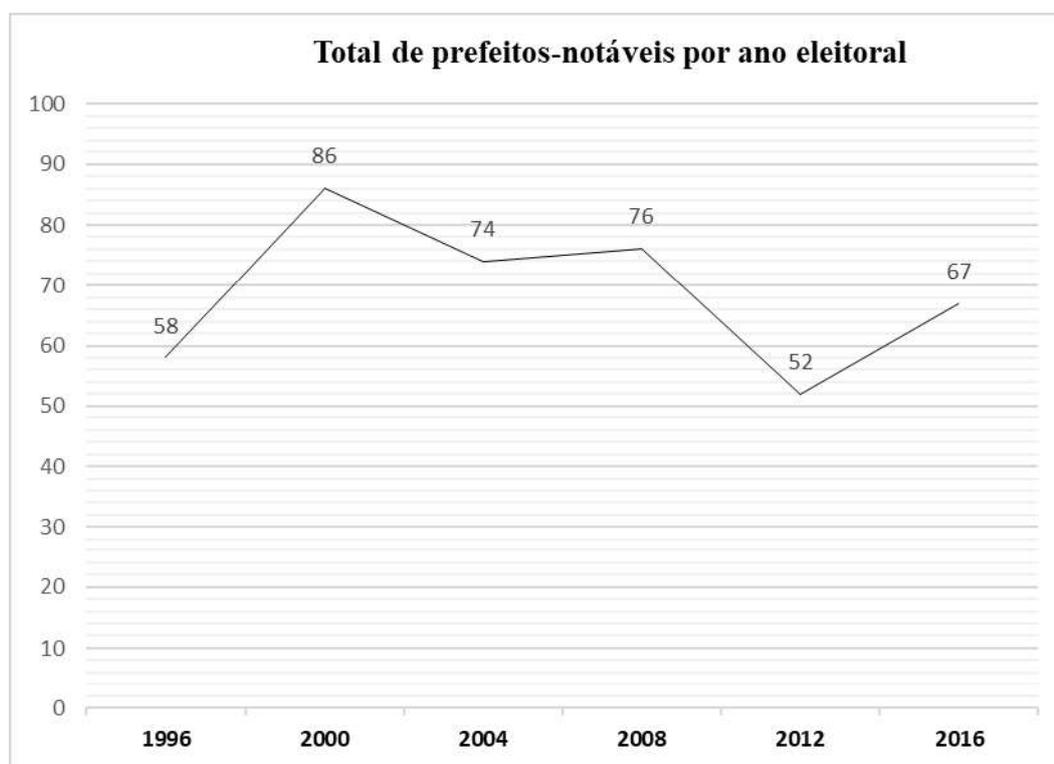
7 João Barbosa de Souza Sobrinho (três mandatos em São Desidério e um em Barreiras), Joaquim Belarmino Cardoso Neto (três mandatos em Sátiro Dias e um em Alagoinhas), Gilmar Ribeiro da Silva (dois mandatos em Tabocas do Brejo Velho e dois em Brejolândia) e Jânio Natal Andrade Borges (dois mandatos em Belmonte e um em Porto Seguro).

8 São estes: Correntina e Jaborandí (na mesorregião do Extremo Oeste) e Utinga, na Chapada Diamantina.

a partir de informações como: nome, sobrenome e eventual apelido utilizado para fins eleitorais (nome na urna), sexo, data de nascimento, idade no momento da eleição, cor da pele, ocupação profissional, patrimônio declarado ao TSE e partido (ou partidos) pelos quais exerceram seus mandatos de prefeitos.

Foi possível verificar que 58 deles estavam simultaneamente no cargo em 1996 e que seu número, o qual aumentou para 86, em 2000, se manteve estável, na prática, entre 2004 e 2008 (74 e 76 respectivamente), para desmoronar até 52, em 2012, e voltar a crescer, em 2016, quando 67 deles foram eleitos, de novo, como prefeitos (v. *Fig. 1*). Ao mesmo tempo, a mudança radical que aconteceu no estado da Bahia, em 2006 – com a eleição do primeiro governador do Partido dos Trabalhadores (PT), após dezesseis anos de domínio incontestado do Partido da Frente Liberal (PFL) – não parece ter afetado a esfera local, pelo menos no que concerne aos sujeitos da nossa pesquisa: todos eles exerceram pelo menos um mandato em ambas as “eras políticas” na quais pode ser dividida a história mais recente da Bahia.

Figura 1: Total de prefeitos-notáveis por ano eleitoral



Fonte: TSE. Reelaboração gráfica do autor

Trata-se de um dado bastante significativo, se considerarmos como PFL e PT foram praticamente as únicas duas formações políticas que nunca fizeram alianças eleitorais, nem no âmbito federal, nem em algum dos estados que compõem o País; na nossa pesquisa, entretanto, contamos quatro casos de prefeitos que foram inscritos, em momentos diferentes, a um e ao outro desses partidos. Nem o passar do tempo parece ter eliminado a influência destes chefes municipais: entre aqueles que

foram reeleitos em 2016, dezesseis já tinham ganhado as eleições há vinte anos exatos.

Compreende-se porque muitos estudiosos insistem em assinalar a persistência dessas formas de dominação de tipo tradicional, que diversos autores brasileiros definiram como coronelismo ou mandonismo⁹ e que também são conhecidas nos países latino-americanos de língua espanhola como *caudillismo* ou *caciquismo*. Nesse sentido, achamos necessário relatar algumas especificações terminológicas acerca do uso correto dessas definições.

1. Caciques, caudilhos, mandões e coronéis

É notório como o termo indígena “cacique” designasse, em sua origem, os chefes das populações caribenhas com as quais entrou em contato Cristóvão Colombo, durante sua primeira viagem no Novo Mundo. Transcrito nos diários do navegante genovês, esse título foi indevidamente aplicado, pelos colonizadores espanhóis, a todas as autoridades indígenas, mesmo àquelas de grau superior ao de simples chefes tribais, ou que pertenciam a áreas geográficas muito distantes do Mar do Caribe. A Real Cédula de 26 de fevereiro de 1538, de fato, proibia “intitular ‘senhor’ qualquer autoridade indígena”; estas podiam tão somente “ser chamadas de *caciques* ou *principales*”¹⁰.

No final do século XIX, o termo “cacique” voltou a ser utilizado, porém, como outro significado – e não mais na América Espanhola, já independente, mas na própria Espanha – para indicar os chefes políticos locais que, aproveitando-se da influência pessoal e sem desdenhar o recurso à violência, manipulavam as eleições em próprio benefício. O fenômeno do caciquismo espanhol tomou forma nas áreas rurais, em um contexto dominado pela pobreza e o analfabetismo, mas onde, a partir de 1890, também vigorava o sufrágio universal masculino; nasceu, portanto, como reação à extensão do voto, na tentativa de manter no poder as forças que apoiavam a monarquia, restaurada em 1873¹¹.

Nesse ponto, o “cacique” espanhol distingue-se do caudilho latino-americano, mesmo que, no significado moderno, as duas definições acabem, muitas vezes, por coincidir. A figura do caudilho, que surgiu nas guerras civis posteriores à independência das ex-colônias espanholas, era a de um comandante militar, que reunia suas forças na região de origem ou, diretamente, entre os trabalhadores seus subordinados, no caso, aliás bastante frequente, em que ele fosse também um latifundiário. O caudilho podia apoiar ou combater o governo, ou fazer ambas as coisas alternadamente, porém, sempre com os mesmos objetivos: maximizar as vantagens para o seu séquito e manter o poder local¹².

9 Cf., respectivamente: Victor Nunes Leal. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975 [1ª ed. 1949] e José Murilo de Carvalho. “Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: uma discussão conceitual”. *Dados*, Rio de Janeiro, vol. 40, n. 2, 1997. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581997000200003> Acesso em 31 de maio de 2017.

10 Lara Semboloni Capitani. *La construcción de la autoridad virreinal en Nueva España 1535-1595*. México, D.F.: El Colégio de México, Centro de Estudios Históricos, 2014, p. 127 [tradução nossa].

11 José Varela Ortega (director). *El poder de la influencia: geografía del caciquismo en España (1875-1923)*. Madrid: Marcial Pons, 2001, pp. 286, 304 e 499.

12 Cf. Lariza Pizano. “Caudillismo y clientelismo: expresiones de una misma lógica”, *Revista de Estudios Sociales*, núm. 9, junio, 2001, pp. 78-82.

Na história da América Latina não faltam exemplos de caudilhos que alcançaram o poder nacional, desde Rodríguez de Francia, no Paraguai, até Rosas, na Argentina, desde Santa Ana, no México, até Páez e Guzmán Blanco, na Venezuela, determinando uma imprecisa definição do caudilho, aplicada a qualquer chefe político cujo governo fosse dotado de traços carismáticos¹³. Assim, temos caudilhos não-militares (como Carrera, no Chile ou Vargas, no Brasil) ou que chegaram ao poder em épocas bem posteriores e através do voto popular (Leguía, no Peru ou Perón, na Argentina) ou que, ainda, da mesma maneira que os caciques, saíram dos limites geográficos donde se originou esse conceito (Franco, na Espanha).

No âmbito brasileiro, segundo José Murilo de Carvalho: “mandonismo [...] talvez seja o conceito que mais se aproxime do de caciquismo na literatura hispano-americana”. O mandão é, na sua maneira de ver, aquele que “em função do controle de algum recurso estratégico, em geral a posse da terra, exerce sobre a população um domínio pessoal e arbitrário, que a impede de ter livre acesso ao mercado e à sociedade política”. O mandonismo não seria, portanto, um “sistema”, mas “uma característica da política tradicional”, cuja “tendência é que desapareça completamente à medida que os direitos civis e políticos alcancem todos os cidadãos”¹⁴.

Essa visão otimista conflita com a sobrevivência do personalismo político em um contexto, como o atual, no qual vigora o sufrágio universal e os direitos civis estão garantidos por uma constituição democrática; ademais, esse se faz ainda presente não apenas “em regiões isoladas”, como pretende o autor. Na nossa opinião, isso deriva do fato de que o autor quis estender em demasia o conceito de mandonismo, até abarcar um fenômeno “que existe desde o início da colonização”, no intuito de separá-lo de outra manifestação típica da política brasileira: o coronelismo. Este, diferente do primeiro, indicaria, sempre segundo Carvalho, um sistema estruturado e cronologicamente limitado à República Velha (1889-1930), uma mera manifestação particular de um fenômeno geral.

“Coronel” é um termo de origem militar, que semelhante ao de caudilho, sofreu uma metamorfose, em sua passagem da acepção bélica àquela política. De fato, esta deriva do grau de coronel da Guarda Nacional – constituída em 1831, durante a Regência – que era atribuído, a título honorífico, “aos chefes políticos do município”

13 Com referência a essa questão, ver, Rubén H. Zorrilla. “Marco conceptual en las estructuras sociales del caudillismo en la Argentina”, *Revista Vectores de Investigación*, Vol. 4, No. 4, pp. 25-26, Url: http://media.wix.com/ugd/33e3ab_203797cf48db4091b76d2223c2c036a2.pdf (30/12/2017)

14 Carvalho, “Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo”.

Eram, de ordinário, os mais opulentos fazendeiros ou os comerciantes e industriais mais abastados, os que exerciam, em cada município, o comando-em-chefe da Guarda Nacional, ao mesmo tempo que a direção política, quase ditatorial, senão patriarcal, que lhes confiava o governo provincial¹⁵.

A Guarda Nacional sobreviveu ao advento da República e foi extinta tão somente em 1922,

mas o sistema ficou arraigado de tal modo na mentalidade sertaneja, que até hoje recebem popularmente o tratamento de “coronéis” os que têm em mãos o bastão de comando da política edilícia ou os chefes de partidos de maior influência na comuna, isto é, os mandões dos corrilhos de campanário¹⁶.

Não por acaso, mandão e coronel são utilizados como sinónimos em *Coronelismo, enxada e voto*, obra clássica de Victor Nunes Leal, publicada, pela primeira vez, em 1949. Já desde o título, é possível perceber como, segundo o autor, o coronelismo se originaria a partir do ambiente rural, onde um chefe político (o qual geralmente, mas nem sempre, é um abastado proprietário de terras), que pode ser definido rico, em relação aos habitantes do local, dispõe a seu talante dos votos dos conterrâneos. Não se trata, portanto, de uma simples manifestação neo-feudal, de uma cessão de soberania em benefício de privados, pois o coronelismo – é importante frisar esse ponto – subsiste apenas “em função do regime representativo, com sufrágio amplo, pois o governo não pode prescindir do eleitorado rural”¹⁷.

Assim como o caciquismo espanhol oitocentista, o coronelismo não pode ser explicado sem considerar a extensão do sufrágio até compreender as populações mais pobres, contanto que alfabetizadas, cujos votos serviam às autoridades políticas nacionais para se legitimar, mas que, ao mesmo tempo, estas não eram capazes de alcançar sem recorrer a intermediários locais¹⁸. Assim, segundo Leal, os alicerces do coronelismo são “de um lado, os chefes municipais e os ‘coronéis’, que conduzem magotes de eleitores como quem toca tropa de burros; de outro lado, a situação política dominante no Estado, que dispõe do erário, dos empregos, dos favores e da força policial”¹⁹. Não se trata, porém, de uma relação equilibrada, assim como não é equilibrada aquela entre o coronel e sua “tropa” eleitoral. Como sublinha repetidamente o autor, as áreas rurais encontram-se em uma condição de subalternidade, causada pelo fato de que as instituições municipais sempre gozaram de escassa

15 Basílio Magalhães. *Algumas notas sobre o municipalismo brasileiro*, apud LEAL, *Coronelismo, enxada e voto*, p. 21n.

16 *Ibid.*

17 Leal, *Coronelismo, enxada e voto*, p. 20. Max Weber define como poder de tipo patrimonial “toda aquela dominação que, originariamente orientada pela tradição, se exerce em virtude de pleno direito pessoal”, em ausência ou em detrimento do poder público, e cita, como exemplos dessa tipologia, o que ele denomina como patriarcalismo primário, além da “gerontocracia” romana e do feudalismo medieval (*Economia e Sociedade*. Volume 2. Brasília: Editora UnB, 2000, p. 152 e ss.). O conceito foi retomado por Raymundo Faoro (*Os donos do poder*. São Paulo: Globo, 2000 [1ª ed.: 1957]), o qual, porém, negou caráter feudal ao patrimonialismo brasileiro, cujas origens remontariam, segundo ele, à estrutura do estado português, fundamentado na aliança entre a coroa e a burguesia mercantil, à custa da nobreza territorial.

18 Luis Roniger. “Caciquismo and Coronelismo: Contextual Dimensions of Patron Brokerage in Mexico and Brazil”, *Latin American Research Review*, Vol. 22, No. 2 (1987). Disponível em: <<http://www.jstor.org/biblio-proxy.uniroma3.it/stable/pdf/2503486.pdf>>. Acesso em 30 de dez. de 2017.

19 Roniger. 1987, p. 43.

autonomia política e financeira, e foram penalizadas, com respeito aos Estados e à Federação, na redistribuição dos impostos.

Obviamente, após quase sete décadas da publicação de *Coronelismo, Enxada e Voto*, muitas coisas mudaram; todavia, nem a expansão dos meios de comunicação, hoje ao alcance de todos, parece ter relegado ao passado a figura do coronel, pois, “a televisão não se faz sentir nos pleitos municipais, em que se constituem os poderes locais, justamente aqueles que mais de perto interessam ao cidadão do interior”²⁰. Ademais, os municípios brasileiros seguem desfrutando de limitada autonomia e, assim como em 1949, “nossos partidos são pouco mais que legendas ou rótulos destinados a atender às exigências técnico-jurídicas do processo eleitoral”²¹, atrás dos quais se esconde sempre a influência dos chefes políticos locais.

Não vemos, portanto, alguma razão para abandonar o conceito de coronel, indissolúvelmente ligado à história contemporânea do Brasil, ou para proclamar o desaparecimento do sistema de clientelas sobre o qual ele se sustenta. Considerando, porém, a carga negativa que o termo traz consigo, que pressupõe um uso arbitrário do poder e a intimidação dos eleitores por meio de ameaças e violência física, não achamos oportuno adotá-lo para nos referirmos aos políticos analisados nesse artigo. Optamos, assim, por utilizar a palavra “notável”, já empregada por sociólogos clássicos como Max Weber²², Robert Michels²³ e Robert H. Dahl²⁴, que nos parece bastante condizente com o papel social e econômico que os sujeitos analisados exercem nas suas respectivas comunidades. Em seu significado fundamental, nossa definição de “notáveis” corresponde àquela que foi dada por Weber, segundo o qual esses

- 1) Estão em condições, em virtude da sua condição econômica, de agirem de modo continuado no interior de um grupo, dirigindo-o ou administrando-o – como profissão secundária – sem um salário ou com um salário honorário ou nominal.
- 2) Gozam de determinado apreço social, qualquer que seja o motivo deste, de modo que têm a possibilidade, na democracia imediata formal, de exercer seus cargos em virtude da confiança dos membros da associação, primeiro de modo voluntário e, finalmente, de modo tradicional²⁵.

20 Barbosa Lima Sobrinho, no prefácio a LEAL, *Coronelismo, enxada e voto*, p. XVI. Pelo que concerne à relação entre meios de comunicação e política no Brasil, foi recentemente criada a expressão “coronelismo eletrônico”, que define a divulgação de uma candidatura em câmbio de vantagens futuras “em relação à concessão de canais televisivos e/ou de rádio e preferência em momentos de inserção de anúncios pagos”. Paulo Emílio Matos Martins; Leandro Souza Moura; Imasato Takeyoshi. “Coronelismo, um referente anacrônico no espaço organizacional brasileiro?”. *Organizações e Sociedade*, vol. 18, n. 58, 2011, p. 393. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/osoc/v18n58/a03v18n58.pdf>>. Acesso em 21 de maio de 2020.

21 Leal, *Coronelismo, enxada e voto*, p. 244.

22 Max Weber. *Economia e società*. Roma-Ivrea: Edizioni di Comunità, 1980.

23 Robert Michels. *La sociologia dei partiti politici nella democrazia moderna*. Bologna: Il Mulino, 1966. Aqui é descrita a figura do “notável de partido” – em todo semelhante ao que o jornalismo político brasileiro denomina como “cacique partidário” – e se demonstra, contrariando Weber, que a influência dos notáveis pode se exercer também em organizações de tipo burocrático-racional, quais são os modernos partidos de massa.

24 Na sua obra mais conhecida: *Who governs?* New Haven: Yale University Press, 2006 [1ª ed.: 1969], Dahl estabelece uma interessante distinção entre *social notables*, *economic notables* e classe política, especificando como, no âmbito por ele analisado, a última categoria não corresponde às primeiras duas. Não é o caso do interior da Bahia, onde, na maioria das vezes, elas coincidem. Por essa razão, vamos usar o termo “notáveis”, sem ulteriores adjetivos, para nos referirmos a todos prefeitos tri ou tetra-mandatários eleitos entre 1996 e 2016.

25 Max Weber, *Economia e Sociedade*. Volume 1. Brasília: Editora UnB, 2000, p. 192.

Isso não significa que os políticos estudados dispensem, de fato, seus honorários de prefeitos, mas tão somente que, pelas suas condições econômicas, poderiam muito bem fazê-lo, assim como custeiam, às vezes sem recorrer ao fundo partidário, suas campanhas eleitorais. Ademais, o sociólogo alemão afirma que os governos de notáveis “existem de forma pura até que não surjam os partidos como formações permanentes em luta entre si, tentando se apropriar dos cargos”²⁶. Tal situação está longe de ter-se verificado na maioria dos municípios da Bahia. Estamos perfeitamente conscientes de que

porquanto o termo “notáveis” seja comumente utilizado, até nas reportagens jornalísticas e televisivas, em referência a pessoas importantes, com autoridade e influência numa cidade, numa comunidade ou numa organização, que gozam de prestígio notório e ocupam uma posição de primeiro plano na consideração geral, seu emprego nas ciências políticas e sociais não é tão somente descontínuo, como não é registrado pelas mais importantes obras de consulta nesse setor²⁷.

Mesmo assim, reivindicamos o emprego dessa definição – decerto típico-ideal, como o são todas definições sociológicas formuladas a partir de modelos – aplicada a um grupo social contemporâneo. Primeiramente porque, em relação aos políticos eleitos nas últimas duas décadas, não temos o recuo temporal suficiente como para podê-los assimilar a categorias historiográficas consolidadas, porém referidas a épocas mais distantes; em segundo lugar porque o conceito de “notáveis” compreende todas essas categorias, justamente por ser mais abstrato. Nos reservamos, eventualmente, o direito de estabelecer comparações pontuais entre os notáveis da atualidade e as figuras dos caciques, caudilhos, mandões e coronéis do passado, mas apenas quando evidências empíricas incontestáveis nos permitirão operar nesse sentido.

2. Características gerais dos notáveis baianos

2.1. Distribuição geográfica

O estado da Bahia, o maior e mais populoso da região Nordeste, tem uma superfície de 564.733,177 quilômetros quadrados (um pouco superior à da França) e uma população estimada em 15.344.477 habitantes, com uma densidade de tão somente 27,17 habitantes por quilômetro quadrado²⁸.

26 Max Weber, *Economia e sociedade*, p. 289. [tradução nossa].

27 Giorgio Sola, “Il termine notabili: storia e applicazione”. *Enciclopedia delle scienze sociali*. Roma: Treccani, 1996, p. 268

28 Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. *Estimativas da população residente para os municípios e para as unidades da federação brasileiros com data de referência em 1º de julho de 2017*. Rio de Janeiro: Ibge, agosto de 2017. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2017/estimativa_dou_2017.pdf>. Acesso em 30 de dez. de 2017.

Apenas a mesorregião²⁹ metropolitana de Salvador (com uma população de 2.953.986 pessoas no município-capital), concentra 4.709.951 indivíduos, o 30,6% do total do estado, distribuídos em 38 comunas³⁰. O interior da Bahia, boa parte do qual pertence à região semiárida, é caracterizado, ao contrário, por uma população esparsa, com raros centros urbanos importantes, por vias de comunicação precárias e por uma prevalência acentuada da pecuária e da agricultura com respeito às outras atividades econômicas.

Considerando que, atualmente, os municípios da Bahia são 417 (eram 415 até 2000), notamos que, durante o período 1996-2020, quase um município de três (31,4%) foi governado por um mesmo prefeito – supondo que todos eles tenham completado seus mandatos – durante doze/dezesseis anos, em um total de vinte e quatro. Em geral, os notáveis – como vamos chamar daqui para frente tais prefeitos com três ou quatro mandatos – são originários do município que governam (em 61% dos casos); mais raros são aqueles nascidos em municípios limítrofes (11%), em outros municípios da Bahia (17%) ou até em outros estados (11%). Todavia, sua presença no território estadual não é distribuída de maneira uniforme (v. *Fig. 2*). Em algumas mesorregiões, como o Sul, o Nordeste e o Vale do São Francisco, eles se fazem presentes em cerca de um quarto dos municípios (24,2%, 25% e 25,9% respectivamente), mas no Extremo Oeste, além do rio São Francisco, a porcentagem alcança 62,5%; em termos absolutos a região com mais prefeitos-notáveis é o Centro-Sul, com 39 casos em 118 municípios.

29 As mesorregiões e as microrregiões são subdivisões dos Estados que compõem a Federação. Foram introduzidas, com finalidades puramente estatísticas, em 1990, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em substituição da precedente “Divisão Regional em Microrregiões Homogêneas”.

30 IBGE. *Estimativas da população residente para os municípios e para as unidades da federação brasileiros com data de referência em 1º de julho de 2017*.

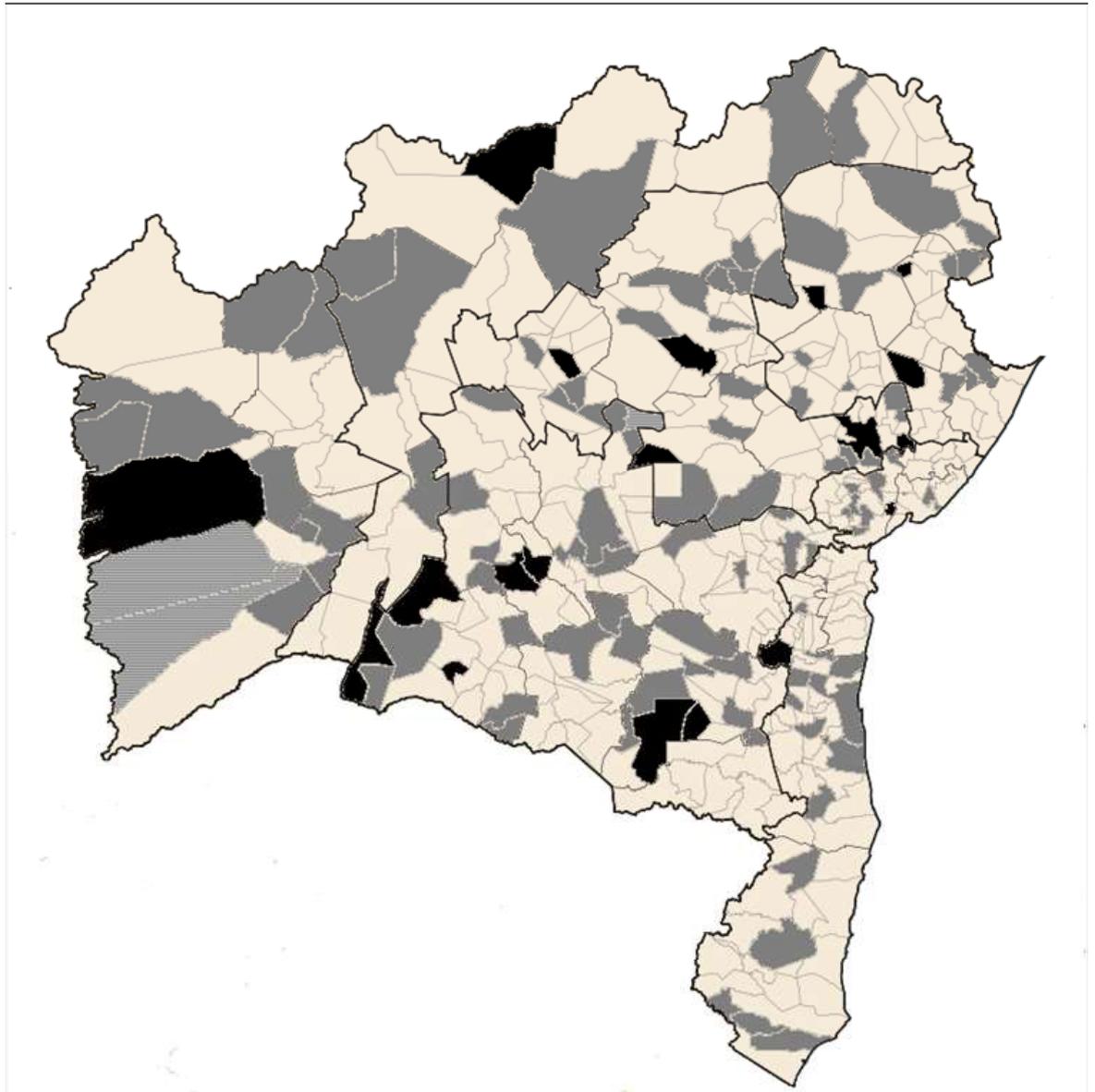


Figura 2: Distribuição dos prefeitos-notáveis no Estado da Bahia.

Fonte: TSE. Reelaboração gráfica do autor.

Legenda

- 1 Prefeito com 4 mandatos
- 1 Prefeito com 3 mandatos
- 2 Prefeitos com 3 mandatos

De acordo com a distribuição geográfica e as características produtivas de cada uma destas regiões seria possível formular algumas hipóteses sobre a natureza dos notáveis modernos, distinguindo-os dos coronéis de outrora. O coronelismo seria, pois, segundo Maria de Lourdes Janotti, “uma herança colonial, cujas coordenadas econômicas acham-se no sistema mercantilista e na lavoura de exportação”³¹. A mesorregião Sul, por exemplo, se beneficiou, durante décadas, da prosperidade oriunda do produto de exportação por autarquia da agricultura baiana: o cacau. Uma opulência da qual é testemunha a produção literária de Jorge Amado, que tornou famosos no mundo todo os lendários “coronéis do cacau”: os latifundiários que ditavam a lei nos entornos de Ilhéus e Itabuna.

A crise produtiva devida à vassoura-de-bruxa teria determinado, aparentemente, além da decadência econômica da região e das grandes fortunas criadas graças ao cacau, o desaparecimento do coronelismo. Se descermos, porém, ao nível das microrregiões, vemos como aquela com mais prefeitos-notáveis em todo o estado é justamente a de Ilhéus e Itabuna (11,5³² em 41 municípios), enquanto no Baixo Sul (microrregião de Valença), que nunca teve um prefeito eleito por mais de dois mandatos, identificamos diversos municípios cujo cargo de prefeito foi, ao longo do tempo, apanágio de mais de um membro da mesma família. Pelo contrário, ao redor de Santa Maria da Vitória, na mesorregião Extremo Oeste, seis de nove comunas foram governadas por um notável e, em um par destas, apenas duas pessoas dividiram o poder entre si, se alternando como prefeitos durante os últimos vinte anos.

Acontece que, enquanto a região do cacau vivia os seus últimos momentos de esplendor, o Extremo Oeste se consolidava como uma das fronteiras agrícolas mais promissoras do País. Aqui, a partir da década de 70, diversos produtores agrários, originários sobretudo do estado do Paraná, adquiriram terras de baixo custo nesta área isolada e quase despovoada da Bahia. Se aproveitando dos grandes recursos hídricos e da conformação plana dos terrenos, conseguiram transformar completamente a economia da região graças, sobretudo, à mecanização agrícola.

Eles implantaram a monocultura extensiva da soja e do algodão, finalizadas à exportação, e acumularam grandes fortunas, contribuindo ao desenvolvimento dos centros urbanos da região³³. É justamente aqui que os notáveis estão especialmente presentes hoje, numa demonstração de como esse fenômeno, diferente do coronelismo, ou seja, de “um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras”³⁴, não é uma exclusividade das regiões com economia tradicional. Pelo contrário, ele se verifica também em determinadas áreas, distantes dos centros decisórios do Estado, as quais são interessadas por processos de rápida transformação que acabam por concentrar, de fato, a propriedade dos meios de produção nas mãos de alguns “pioneiros”. Esse é o caso do Extremo

31 Maria de Lourdes Monaco Janotti, *O coronelismo: uma política de compromissos*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1992. p. 14.

32 Jânio Natal Andrade Borges foi eleito prefeito de Belmonte (microrregião de Ilhéus-Itabuna), em 2000 e em 2016, enquanto em 2004 venceu as eleições em Porto Seguro (capital da microrregião homônima).

33 Maria Aparecida Brito Oliveira. “Abordagem histórico/geográfica do oeste da Bahia: um breve levantamento dos movimentos de divisão no contexto de formação territorial”, *Revista Espaço Acadêmico*, a. XVII, n. 200, janeiro de 2018, p. 45. Disponível em: <<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/viewFile/25453/14370>>. Acesso em 30 de dez. de 2017.

34 Leal, *Coronelismo, enxada e voto*, p. 20.

Oeste baiano, região em que cerca da metade dos notáveis são empresários do setor da agropecuária e possuem consistentes fortunas pessoais: nas últimas eleições às quais participaram, 11 em 15 deles declararam um patrimônio superior a um milhão de reais.

Também é bom lembrar também que os notáveis modernos, diferente dos coronéis – assim como estes foram descritos por Leal e Carvalho – não são encontrados apenas “em regiões isoladas”: das dezessete cidades baianas com mais de 100.000 habitantes em 2016, sete tiveram um mesmo prefeito reeleito por três ou quatro mandatos desde 1996³⁵.

2.2. Dados pessoais

É sabido como o “nome na urna” dos candidatos – denominação que surgiu junto com a introdução da chamada “urna eletrônica”, a partir das eleições municipais de 1996 – nem sempre corresponde aos seus nomes completos. Muito comum é a utilização, tão somente, do primeiro nome ou de um apelido, através dos quais eles acreditam ser mais conhecidos pela população local. Entre os notáveis, a maioria absoluta (59%) se apresentou nas urnas utilizando seu próprio nome e sobrenome ou apenas um dos dois, geralmente o primeiro. Outros 7% antepuseram ao nome ou ao apelido (os quais, porém, nunca eram acompanhados pelo sobrenome) partículas que sublinhavam seu prestígio social³⁶. Entre os que preferiram utilizar sobrenomes (34%), dois terços escolheram diminutivos ou aumentativos do próprio nome³⁷; 15,5% denominações oriundas de hábitos e características físicas, reais ou imaginários, atribuídos a eles pela fantasia popular³⁸; 6,6% apelidos derivados de sua ocupação profissional³⁹; 4,4% resultantes de laços de parentesco com personagens conhecidos a nível local⁴⁰ e apenas um único notável adotou um “nome de urna” que o identificava com o partido pelo qual estava concorrendo⁴¹.

Como seria fácil imaginar, os notáveis baianos constituem um grupo caracteristicamente masculino, no qual as mulheres representam menos de 7% do total⁴². O partido mais representado

35 São elas: Feira de Santana (José Ronaldo de Carvalho), Vitória da Conquista (Guilherme Menezes de Andrade), Lauro de Freitas (Moema Isabel Passos Gramacho), Ilhéus (Jabes Sousa Ribeiro), Barreiras (Antônio Henrique de Souza Moreira), Simões Filho (José Eduardo Mendonça de Alencar) e Eunápolis (José Robério Batista de Oliveira).

36 Temos assim: Dr. João Paulo, Dr. Júlio, Dr. Tila, Dr. Amauri, Dr. Marival, Dr. Joaquim e Dr. Jorge, como também Frei Dilson e D. Ana.

37 Dezin, Cacá, Ito, Zé Filho, Zito Barbosa, Mazim, Jajá, Diga, Zé Luiz, Bebê, Bibi, Gel, Sinho, Dinho, Gazzo, Edinho, Tato, Zeni, Orlandinho, Zé Froes, Louro Maia, Pedrão, Albercinho, Amelinho, Zequinha, Defonso, Marcão, Dedé, Bêda e Birinha.

38 Manoel Potinha, Maguila, Sorria, Regente, Galego, Carroça e Furão.

39 Raimundo Dentista, Adilson do Banco e Manoelzinho da Madeira.

40 Nino de Dio e Tista de Deda. Não calculamos entre eles Joaquim Neto e Izaque Júnior, pois, nesses casos, “Neto” e “Júnior” fazem parte do nome completo dos candidatos.

41 Carlinhos do PT.

42 Jailma Dantas Gama Alves (prefeita de Banzaê), Maria Angélica Lopes Carvalho (de Antônio Cardoso), Jandira Soares Silva Xavier (de Baianópolis), Tânia Maria Ribeiro Yoshida (de Conceição do Jacuípe), Cecília

pelas prefeitas-notáveis é o Partido dos Trabalhadores (oito mandatos no total), apesar de que só uma delas permaneceu fiel a essa formação política em todas as suas três campanhas vitoriosas⁴³. Não surpreende como tenha sido justamente o PT – um partido de esquerda que hasteia, entre suas bandeiras, a da igualdade de gênero – a sigla que mais promoveu a participação das mulheres na política; porém, a nível municipal, a questão é muito mais complexa do que aparenta ser.

As circunstâncias nas quais a participação das mulheres na política é subordinada a outro membro de sexo masculino da sua família, por exemplo, é uma prática muito difusa, assim como ocorre quando um candidato, impossibilitado em participar das eleições, em virtude de uma sentença da justiça eleitoral, se faz substituir, no último momento, pela esposa ou pela irmã, conseguindo transferir para ela os votos dos seus sequazes. Não é esse, porém, o caso das notáveis identificadas neste estudo, todas as quais são “donas” da própria máquina eleitoral.

Os relevos oficiais do IBGE (censo e estimativas populacionais), no quesito “raça ou cor”, se baseiam nas autodeclarações dos entrevistados, aos quais são oferecidas cinco opções: branca, preta, parda, amarela ou indígena. Segundo o censo realizado em 2010 a população da Bahia era composta por um 23% de “brancos” (menor porcentagem a nível nacional) e por um 16,8% de “pretos” (maior porcentagem entre todos os estados brasileiros), enquanto a maioria absoluta dos baianos se declarava “parda” (59,8% do total) e tão somente 0,3% de cor amarela ou de raça indígena⁴⁴. Para a determinação desse quesito na nossa amostra, nos baseamos também, porquanto foi possível, nas autodeclarações dos candidatos. Os dados disponíveis alcançaram, porém, 89 dos 131 casos estudados, isto é, somente os que participaram das eleições municipais de 2016, as primeiras nas quais os candidatos foram obrigados a declarar sua raça ou cor ao TSE⁴⁵; completamos, portanto, nossa classificação dos outros 42 a partir das fotos que se encontram na Internet. Pela combinação dos dois métodos, 49,6% dos notáveis resultou ser “pardo”, 45,8% “branco” e 3,8% “preto”, um sujeito somente se disse “amarelo” e não houve nenhum indígena. Assim, foi possível notar que a cor preta está muito sub-representada, enquanto a parda se encontra pouco abaixo da média e a branca se faz presente quase duas vezes mais, se comparada ao total populacional do Estado da Bahia. É curioso registrar como o único dos notáveis que se declarou “amarelo” (possivelmente no significado de “branco brasileiro”, difuso na linguagem coloquial do interior) não aparenta ter nenhuma origem asiática, além de ter um sobrenome bem português, enquanto outra prefeita, com sobrenome japonês, se descreveu como “parda”⁴⁶.

Pelo que concerne à idade, os notáveis chegaram a dirigir o executivo municipal, pela primeira

Petrina de Carvalho (de Itiúba), Moema Isabel Passos Gramacho (de Lauro de Freitas), Carmen Gandarela Guedes (de Madre de Deus), Rita de Cássia Cerqueira dos Santos (de Mortugaba) e Ana Olímpia Hora Medrado (de Mucugê).

43 Trata-se de Moema Gramacho (de Lauro de Freitas).

44 IBGE. *Síntese de Indicadores Sociais. Uma análise das condições de vida da população brasileira 2009*, Rio de Janeiro: Ibge, 2009, p. 188. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv42820.pdf>>. Acesso em 30 de dez. de 2017.

45 Dados disponíveis também na “Guia dos Candidatos”, *A Gazeta do Povo*, Curitiba, 2016. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/eleicoes/2016/guia-candidatos/bahia/>>. Acesso em 30 de dez. de 2017.

46 Trata-se, respectivamente de Adilson Almeida Do Nascimento (de Mirangaba) e de Tânia Marli Ribeiro Yoshida (de Conceição do Jacuípe).

vez, quando tinham 42,3 anos, em média, enquanto, no momento da sua primeira reeleição, a média etária era de 46,9 anos. Isso significa, considerando o intervalo médio transcorrido desde a primeira campanha vitoriosa, que quase todos eles foram imediatamente confirmados para um segundo mandato consecutivo, após a primeira eleição. Foi por esse motivo que, quando foram eleitos pela última vez, sendo que lhes era proibido de exercer três mandatos consecutivos, sua idade média já era muito maior: 56,4 anos.

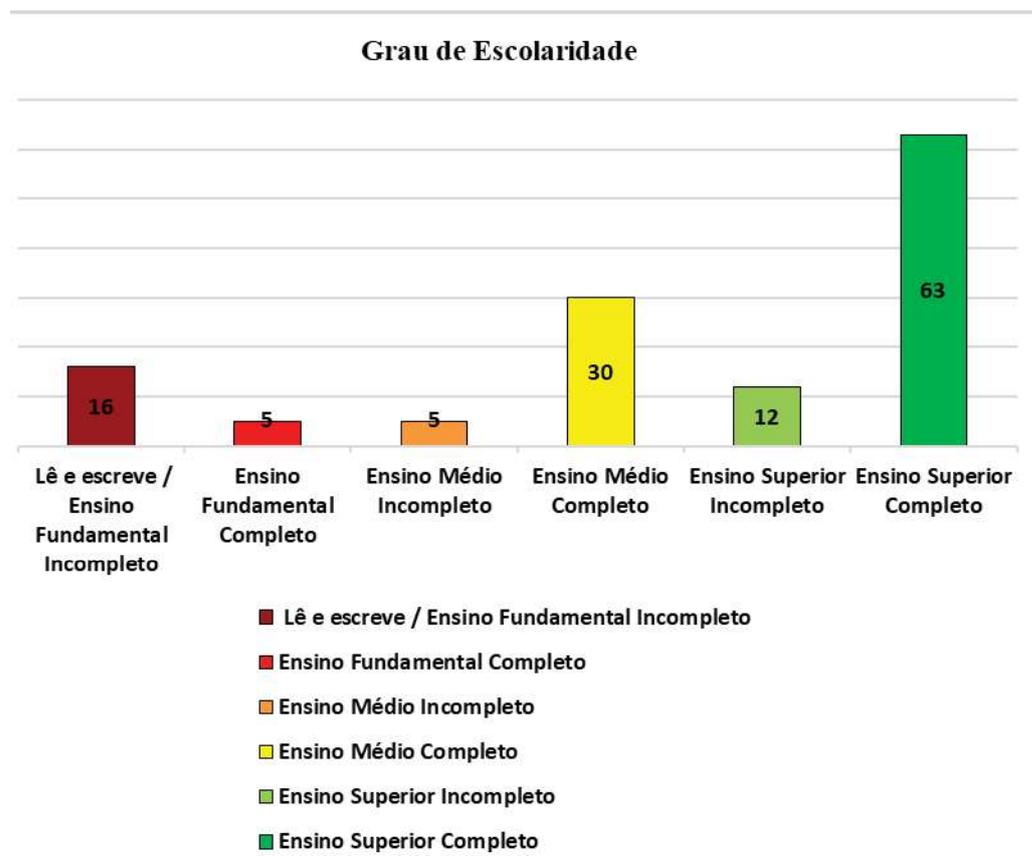
2.3. Instrução, profissão e patrimônio

Uma das esferas, além do sexo e da raça/cor, nas quais os notáveis não são absolutamente representativos da população baiana como um todo é, com certeza, o que se refere ao seu grau de instrução. Segundo o último censo do IBGE, a Bahia é a unidade da Federação com o maior número de analfabetas: 1.729.297, ou seja, 16,6% dos seus habitantes⁴⁷, aos quais a Constituição de 1988 (cap. IV, art. 14, § 4º), segue negando os direitos políticos passivos. Em nenhum caso, então, um prefeito poderia ser analfabeto. O que chama a atenção, porém, é que a maioria da nossa amostra é composta nada menos que por graduados (48%), integrados por outros 9,1% que, mesmo sem completá-los, frequentaram os estudos superiores.

Não faltam, por outro lado, os que sabem apenas ler e escrever ou que não completaram o ensino fundamental (12,2%), mas podemos afirmar que, em geral, os notáveis são muito mais instruídos do que a boa parte dos seus eleitores (v. *Fig. 3*). Os dados sobre o grau de instrução foram obtidos na base das suas últimas autodeclarações ao TSE, como forma de evitar as situações controvertidas (candidatos que declararam um diploma num determinado nível e, em uma oportunidade sucessiva, indicaram possuir um grau de instrução inferior) e considerar como alguns deles tenham prosseguido os estudos em paralelo à carreira política.

47 Gilvan Reis. “Bahia é o estado com maior número de analfabetos, aponta o Censo 2010”, *iBahia*, 16/11/2011. Disponível em: <<http://www.ibahia.com/detalhe/noticia/bahia-e-o-estado-com-maior-numero-de-analfabetos-aponta-o-censo-2010/>>. Acesso em 30 de dez. de 2017. A taxa nacional de analfabetismo é, sempre segundo o Censo 2010, 9,6%.

Figura 3: Grau de Escolaridade



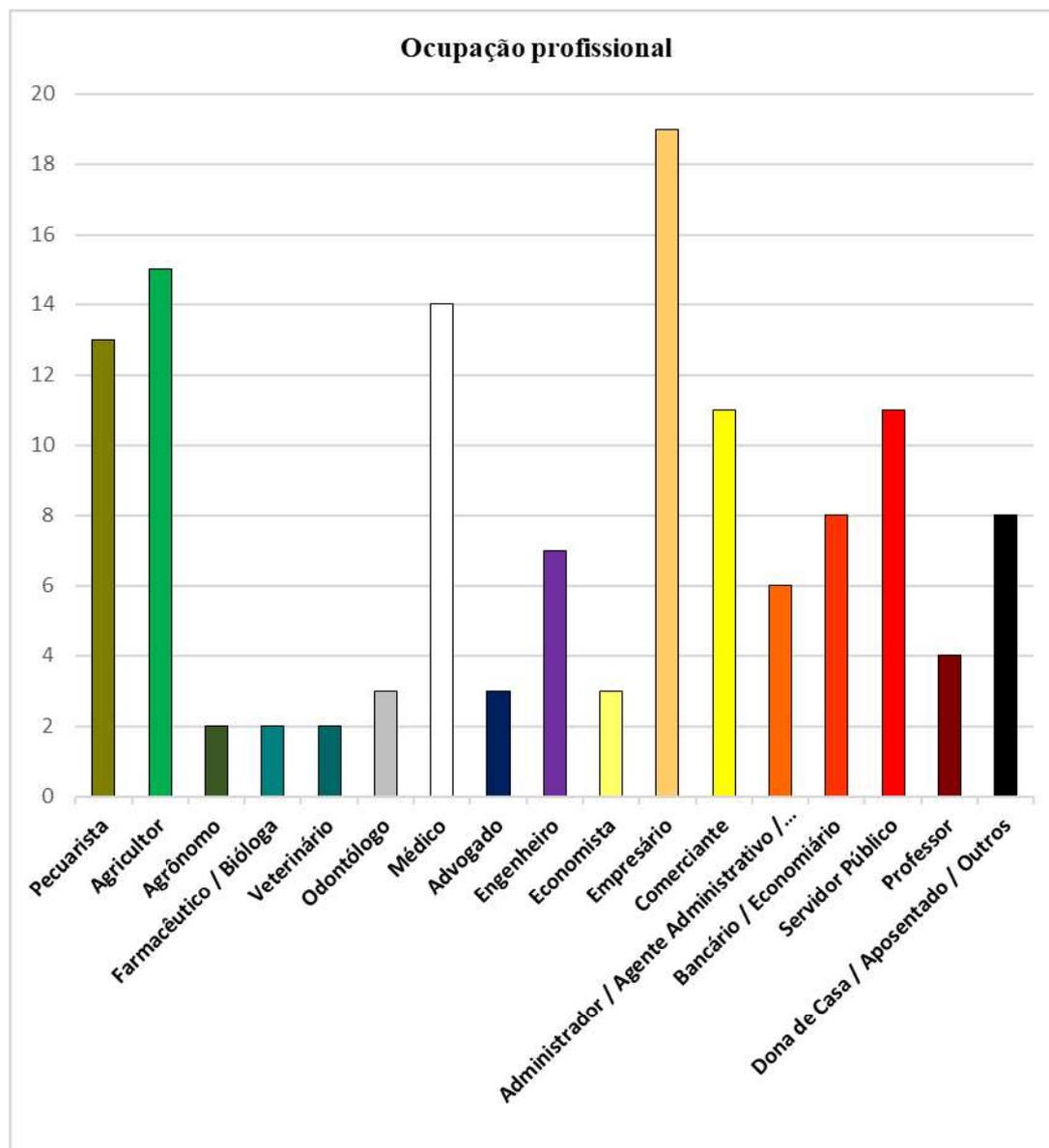
Fonte: TSE. Reelaboração gráfica do autor.

Para obter informações relacionadas à principal ocupação profissional nos baseamos também em suas autodeclarações, só que, desta vez, consideramos o primeiro dado, na ordem cronológica, que aparece no site do TSE. De fato, e com muita frequência, os notáveis trocaram de profissão, sem contar todos aqueles candidatos à reeleição que declararam justamente, como ocupação principal, a de prefeito. Assim, a maioria relativa da amostra (14,5%) resulta composta por empresários em setores não melhor especificados, enquanto os proprietários de atividades comerciais são 8,3% do total. O setor primário é bem representados por 11,4% de agricultores e 9,9% de pecuaristas e, se a estes somarmos os dois agrônomos e os dois veterinários, veríamos como os notáveis ligados ao mundo rural chegam a constituir perto de um quarto do total, como é normal que seja em um estado pouco industrializado qual é a Bahia. Entre os profissionais liberais a primazia é dos médicos (10,6%), seguidos pelos engenheiros (5,3%) e, sucessivamente, por advogados, economistas e odontólogos (2,2% para cada uma destas categorias).

Em conclusão, podemos afirmar que a maioria absoluta dos notáveis é composta, assim como teorizado por Weber, por profissionais autônomos, que gozam de prestígio social nos respectivos municípios e tem condições melhores de custear as despesas, bastante onerosas, representadas pelas campanhas eleitorais. Bem mais difícil foi determinar o número exato dos notáveis que pertencem à função pública, pois, junto com os 8,3% que se definem como “funcionários”, sem especificações

ulteriores, temos também 6,1% de bancários e 3% de professores. Levando em consideração que dois dos principais bancos brasileiros são públicos e que, no interior da Bahia, os institutos educacionais privados são menos presentes do que na capital, é possível supor que a maioria desses bancários e professores seja reconduzível à função pública, formando assim outra categoria muito super-representada em nosso grupo (v. *Fig. 4*). Os funcionários públicos (federais, estaduais e municipais) constituem, de fato, 0,9% da população baiana⁴⁸.

Figura 4: Ocupação profissional



Fonte: TSE. Reelaboração gráfica do autor.

Na última vez em que se apresentaram como candidatos, o patrimônio médio dos notáveis era

48 “Confira o número de servidores estaduais, funcionários públicos no seu Estado – Bahia”. *Deepask*, 2010. Disponível em: <<http://www.deepask.com/goes?page=bahia-Confira-o-numero-de-servidores-estaduais-funcionarios-publicos-no-seu-estado>>. Acesso em 30 de dez. de 2017.

de R\$ 1.193.586,88. No detalhe, oito deles declararam patrimônios compreendidos entre 1 e 100.000 reais, quarenta e dois entre 100.001 e meio milhão de reais, trinta e sete entre 500.001 e um milhão, trinta e três entre 1.000.001 e cinco milhões, dois entre 5.000.001 e dez milhões e outros dois um valor superior a dez milhões, enquanto quatro se declararam não proprietários e acerca de um não conseguimos encontrar dados. Com respeito às precedentes eleições das quais participaram, houve um incremento médio de 35,9% no valor de suas propriedades (mesmo que, neste caso, só dispomos dos dados de 111 dos 131 sujeitos pesquisados) e os milionários passaram de 18 a 39 (+116%).

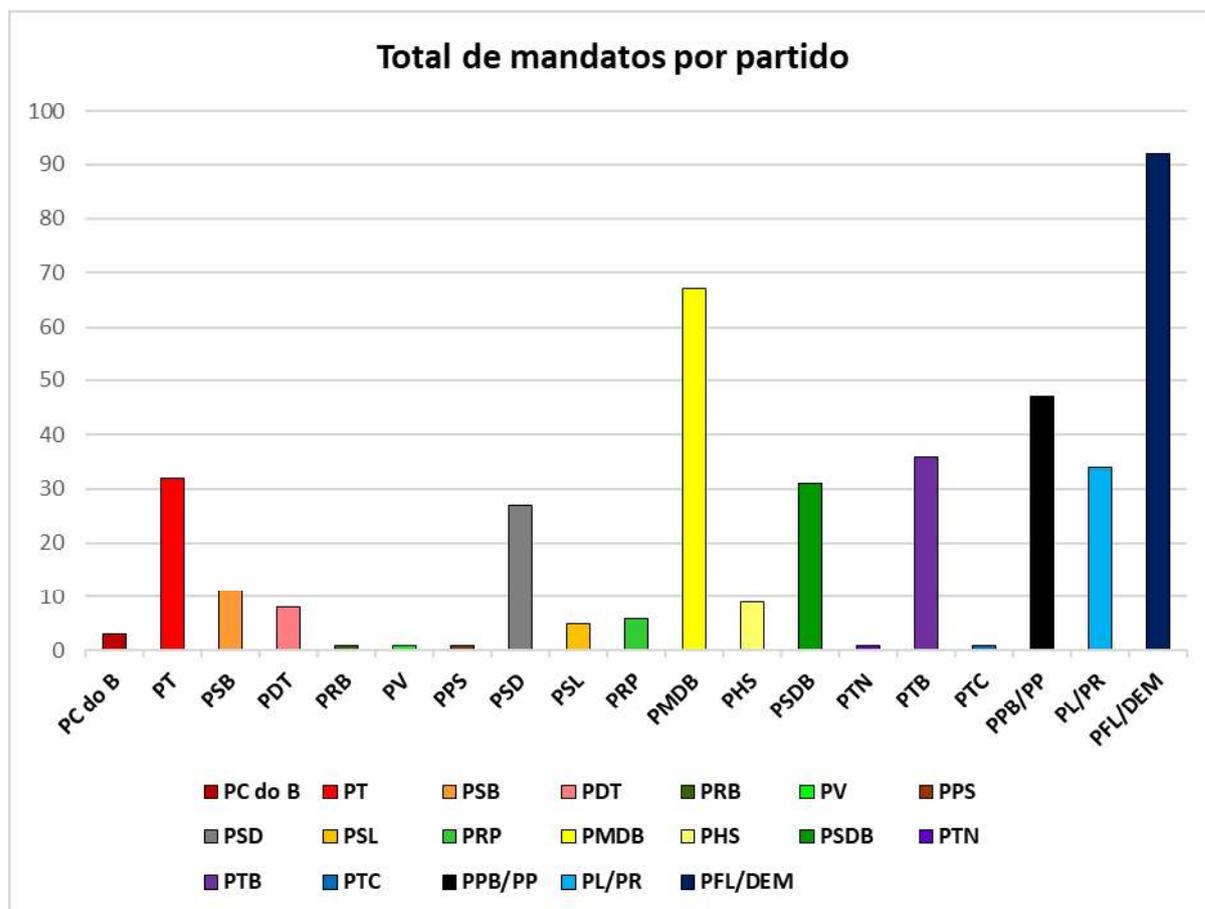
Obviamente, as informações sobre o patrimônio pessoal não são suficientes para determinar a riqueza real dos membros da nossa amostra. Primeiramente porque não dispomos dos dados sobre sua renda, em segundo lugar porque não foi calculada a correção inflacionária ao longo dos anos e, finalmente, porque suas declarações à justiça eleitoral não levam em conta os eventuais bens em nome de familiares ou de sociedades das quais os notáveis poderiam ser acionistas. Tampouco seria possível afirmar, mesmo em presença de um evidente aumento patrimonial entre a penúltima e a última eleição, que os notáveis se enriqueceram graças à política; é verdade que alguns deles foram declarados inelegíveis justamente por ter cometido crimes contra o erário público, mas se trata de exceções e não da regra. O único dado incontestado – bastante significativo em um País onde a distribuição de riqueza é uma das mais desiguais no mundo – é que os notáveis, em geral, são sensivelmente mais abastados que seus administrados, o que confere matizes plutocráticos ao exercício da democracia, também à nível local.

2.4. Notáveis e partidos

Desde o fim do bipartidarismo obrigatório – imposto pela ditadura militar e abolido em 1979 – até os dias de hoje, assistimos a uma proliferação impressionante de formações partidárias que concorrem nas eleições; seria, porém, errado pensar que este fato corresponda a uma real diversificação da oferta política. A representatividade de muitas dessas siglas é, de fato, bastante difícil de ser demonstrada, visto que os partidos brasileiros, longe de serem formações ideologicamente estruturadas e autônomas do ponto de vista financeiro, são – com algumas exceções entre os da esquerda – verdadeiros carteis eleitorais para uso de candidatos que dispõem de um caudal de votos próprios e sustentam, em boa parte sozinhos, os ônus de campanhas: os notáveis, precisamente.

Os notáveis locais da Bahia venceram 413 vezes as eleições das quais participaram (em média 3,1 mandatos cada) ao longo de vinte anos, entre 1996 e 2016. Tais vitórias ocorreram sob as bandeiras de 19 partidos diferentes (v. *Fig. 5*).

Figura 5: Total de mandatos por partido



Fonte: TSE. Reelaboração gráfica do autor.

Para começar, podemos observar que a tendência dos notáveis é fazer parte das formações nacionalmente mais representativas, pois, os primeiros sete partidos de sua preferência figuram também entre os oito maiores partidos brasileiros por número de inscritos e, sobretudo, há uma correspondência exata entre as oito siglas preferidas dos notáveis (mesmo que em uma ordem um pouco diferente) e as mais vencedoras per número total de mandatos de prefeitos conquistados na Bahia, entre 1996 e 2016. PFL/DEM, PMDB, PPB/PP, PTB, PL/PR, PT, PSDB e PSD, de fato, conseguiram eleger seus candidatos a prefeito em 2.046 das 2.500 circunstâncias possíveis (81,4% dos casos) nos últimos vinte anos; os mesmos partidos foram escolhidos pelos notáveis em 366 das 413 vezes possíveis (88,6%)⁴⁹. Naturalmente, sendo que estes últimos são os candidatos mais vencedores da história recente da política baiana, o nosso grupo representa, ou até ultrapassa, a tendência geral no estado, quanto aos resultados das eleições locais para prefeito. Se enganaria, porém, quem pensasse nos notáveis como pontos de referência dos partidos a nível municipal: apenas 19% deles se candidatou todas as vezes sob as insígnias da mesma formação política. Desses “fiéis até a morte”, verdadeiros

⁴⁹ TSE, *Eleições anteriores*.

“caciques partidários” locais, 6 pertencem ao PT⁵⁰, 5 ao PFL/DEM⁵¹ ou ao PPB/PP⁵², 4 ao PMDB⁵³, 2 ao PSDB⁵⁴ e um cada a PHS⁵⁵, PSB⁵⁶ e PTB⁵⁷. A maioria esmagadora, ao contrário, apresentou-se sucessivamente baixo duas (48% dos casos), três (30%) ou até quatro (3%) siglas partidárias diferentes (em média: 2,1). Pudemos verificar como tais mudanças de partido, por vezes espetaculares (prefeitos que foram eleito, por dois mandatos seguidos, antes pelo PFL e depois pelo PT, ou que passaram diretamente do Partido Liberal ao Partido Comunista do Brasil), não foram penalizadas pelos eleitores, que tem continuado a manifestar sua preferência pelos notáveis locais.

O motivo mais evidente pelo qual os notáveis mudam de partido, como já tinha notado Leal a propósito dos coronéis, é o de se aproximar ao governo estadual. Não voltaremos a enumerar as vantagens que lhes advêm por fazerem parte de um partido que apoia a situação estadual, preferimos insistir no fato que nenhum líder local poderia sobreviver numa atitude de oposição intransigente ao governo. “Fisiologismo” é o termo com o qual se indica, na gíria política brasileira, a adesão constante ao governo por parte de uma sigla ou de um homem político, independentemente de quem detenha o poder, e é uma variável que pode ser mensurada. De fato, em 69% dos casos, os notáveis baianos se apresentaram, nas urnas municipais, por um partido que fazia parte da coligação do governador eleito dois anos antes, em 16% por uma sigla da principal coalizão opositora, em 12% por uma formação política que apoiava outros candidatos menores e, no restante 3%, por um partido que, nas precedentes eleições estaduais, não tinha apoiado nenhum candidato (v. *Fig. 6*).

50 Guilherme Menezes de Andrade (de Vitória da Conquista), Orlando Peixoto Pereira Filho (de Cruz das Almas), Dilson Batista Santiago (de Itamaraju), Moema Isabel Passos Gramacho (de Lauro de Freitas), Luís Carlos Cardoso da Silva (de Mutuípe) e Carlos Alberto Lopes Brasileiro (de Senhor do Bonfim).

51 José Ronaldo de Carvalho (de Feira de Santana), Manoel Vieira de Santana (de Adestina), Ivonei Raimundo dos Santos (de Aporá), João Batista Melo de Carvalho (de Jeremoabo) e Lúcio Passos Monteiro (de Ubaíra).

52 Arival Marques Viana (de Buritirama), Humberto Gomes Ramos (de Chorrochó), Antônio Alves Cardoso (de Rio Real), Romualdo Rodrigues Setúbal (de Santa Rita de Cássia) e Marco Aurélio dos Santos Cardoso (de Santana).

53 Marco Túlio Vilasbôas (de Boquira), Marco Antônio Lacerda Brito (de Itororó), Fernão Dias de Ramalho Sampaio (de Macajuba) e Asclepiades de Almeida Queiroz (de Ubaitaba).

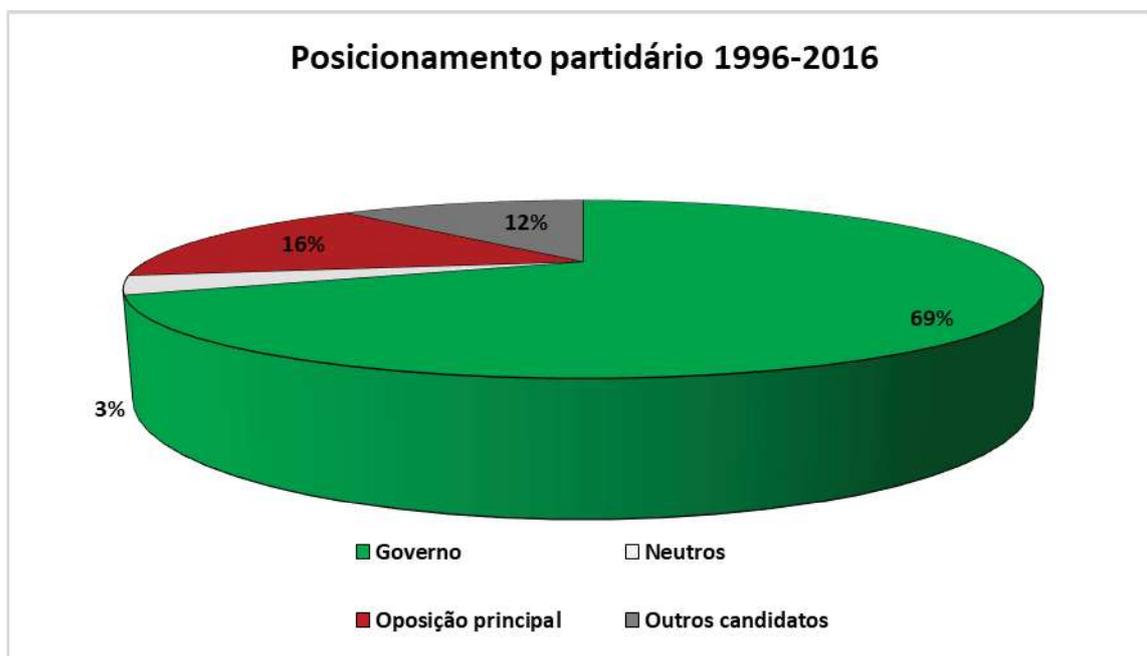
54 Wagner Pereira Novaes (de Itiruçu) e Assuero Alves de Oliveira (de Jaborandi).

55 Carlos Santiago de Almeida (de Ichu).

56 Dernival Dias Ferreira (de Itapitanga)

57 Elbson Dias Soares (de Anagé).

Figura 6: Posicionamento partidário 1996 - 2016



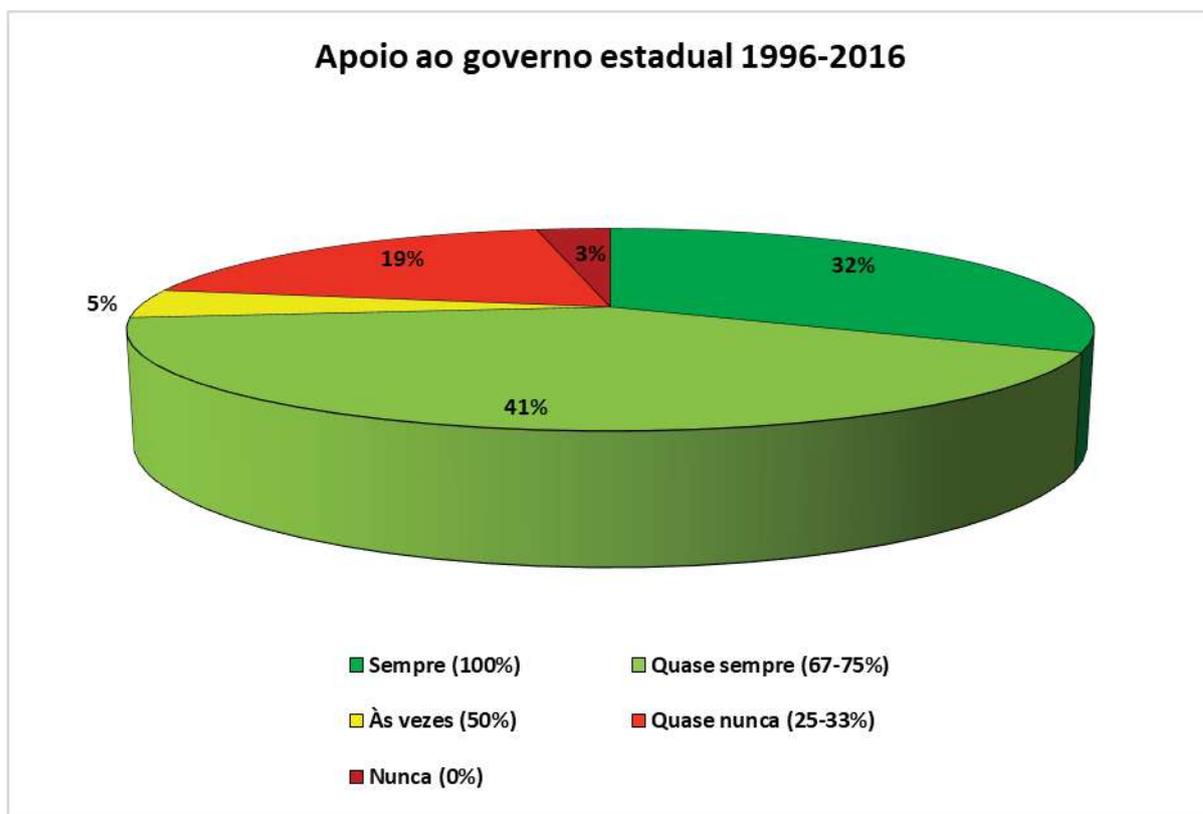
Fonte: TSE. Reelaboração gráfica do autor.

De todos eles, durante o período 1996-2016, 32% haviam sido eleitos prefeitos sempre por um partido da situação estadual (100% de fisiologismo). Outros 41% tinham estado do lado do governador em duas oportunidades de três ou três de quatro (66,6 - 75% de fisiologismo); a estes se poderiam somar os 5% de notáveis “tetra-mandatários” que venceram se apoiando duas vezes ao governo estadual (50% de fisiologismo). Os notáveis tendencialmente opositores, portanto, representam uma minoria desse grupo: 19% não esteve quase nunca ao lado do governo (somente em uma oportunidade de três ou quatro de suas campanhas vitoriosas, ou seja, numa taxa de fisiologismo variável entre 25 e 33,3%) e apenas 3% se candidataram sempre por siglas neutras ou opositoras (0% de fisiologismo). Destes últimos, dois eram prefeitos monopartidários do PSDB⁵⁸ – o partido que governou o Brasil entre 1994 e 2002, que porém, no estado da Bahia, esteve sempre na oposição – e os outros dois foram eleitos, em duas oportunidades de três, nas fileiras desse mesmo partido (v. *Fig. 7*)⁵⁹.

58 São eles: Wagnere Pereira Novais (de Itiruçu) e Assuero Alves de Oliveira (de Jaborandi).

59 Trata-se de Helder Lopes Campos (de Boa Vista do Tupim) e Joyuson Vieira Santos (de Utinga).

Figura 7: Apoio ao governo estadual 1996 – 2016



Fonte: TSE. Reelaboração gráfica do autor.

Descendo nos detalhes de cada sufrágio municipal, vemos como 67% dos notáveis que se tornaram prefeitos em 1996 eram membros de um partido que, em 1994, tinha apoiado o governador eleito, César Borges (PFL). Nenhum deles, ao contrário, integrara a coligação do principal opositor, Durval Carneiro (Partido da Mobilização Nacional, PMN), enquanto os outros faziam parte de siglas que apoiaram candidatos menores (29%) ou tinham se mantido neutras (4%). Quatro anos mais tarde, a maioria dos notáveis situacionistas era ainda mais expressiva (86%) e se manteve na casa dos 80% também nas eleições de 2004. Os sufrágios municipais de 2008, os primeiros a serem celebrados após a conquista do governo estadual por parte do PT, apresentaram um panorama bem mais dividido, mas ainda favorável do *status quo*: 58% dos notáveis estavam inscritos a partidos da coligação de Jaques Wagner, vencedora em 2006, à frente de uns 32% que permaneceram fieis ao ex-governador derrotado nas urnas, Paulo Souto (PFL); 9% eram candidatos de partidos que se mantiveram neutros e 1% de siglas que tinham apoiado candidaturas menores.

A adesão ao governo comandado pelo PT subiu aos 71% em 2012, porém, em 2016, nas eleições que ocorreram dois meses após o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, pela primeira vez, os notáveis situacionistas não representavam a maioria absoluta da nossa amostra. Somente 48% deles se candidataram por um partido da coligação de Rui Costa (PT), eleito governador em 2014, enquanto 42% integraram formações políticas que tinham apoiado Paulo Souto (DEM) e outros

10% resultaram divididos entre partidos que haviam apoiado candidatos menores (9%) ou tinham se mantido neutros (1%).

Em conclusão, podemos observar que a taxa de fisiologismo dos notáveis sempre foi altíssima, o que ajuda a explicar sua excepcional capacidade de sobrevivência política (v. *Fig. 7*). Não por acaso, essa resultou quase sempre alinhada ou até superior à taxa de fisiologismo da totalidade dos prefeitos eleitos durante o período considerado⁶⁰. Se fizermos uma comparação entre o grupo dos notáveis e o total dos 417 prefeitos eleitos a cada quatro anos, desde 2000, com respeito aos sufrágios estaduais imediatamente precedentes, veríamos como as porcentagens de fisiologismo foram, respectivamente, 86% e 87%, no intervalo 2000-1998 (-1%), 80% e 70%, em 2004-2002 (+10%), 58% e 57%, em 2008-2006 (+1%) e 71% e 56% (+15%, nada menos) em 2012-2010. A única exceção importante é representada pelas últimas eleições (municipais de 2016 em relação às estaduais de 2014), onde as porcentagens resultaram 48% para os notáveis e 57% para o total dos prefeitos (-9%).

Até agora estudamos o posicionamento dos notáveis com respeito aos detentores do poder estadual. Chegou o momento de verificar se também, assim como fariam os caudilhos, mandões ou coronéis do passado, eles são efetivamente capazes de transferir os votos do eleitorado local para os candidatos a governador apoiados por eles. Para tanto, tomaremos em consideração duas variáveis: o partido do qual os notáveis eram membros no momento de suas vitórias nas eleições municipais e o pertencimento desse partido a uma das coalizões que disputaram os pleitos estaduais imediatamente sucessivos. É importante notar como não seja automático que os líderes locais apoiem o candidato indicado pela direção estadual do partido, ou que não troquem de partido transcorridos apenas dois anos desde a sua eleição; porém, um estudo mais detalhado dessas circunstâncias particulares nos faria adentrar no campo da casuística e, sobretudo, haveríamos de dispor de informações que só podem ser encontradas dentro dos limites de cada um desses municípios. Para simplificar, vamos supor que cada notável tenha apoiado, dois anos após sua eleição, o candidato da coligação da qual fazia parte o partido pelo qual assumiu o cargo de prefeito. Podem-se apresentar, assim, seis conjunturas diferentes:

- a) O candidato a governador apoiado pelo partido de um determinado notável vence no município onde este último é prefeito. O candidato representa um partido da situação estadual.
- b) O candidato a governador apoiado pelo partido de um determinado notável vence no município onde este último é prefeito. O candidato representa um partido da oposição estadual.
- c) O partido de um determinado notável não exprime um candidato próprio para governador. No município onde o notável é prefeito vence um candidato da situação estadual.
- d) O partido de um determinado notável não exprime um candidato próprio para governador. No município onde o notável é prefeito vence um candidato da oposição estadual.
- e) O candidato a governador apoiado pelo partido de um determinado notável perde no município

⁶⁰ As eleições municipais de 1996, com respeito aos sufrágios estaduais de 1994, não foram calculadas porque, entre outras coisas, em 1994 o Partido Progressista (PP) e o Partido Progressista Republicano (PPR) – que se fundiram no ano seguinte para criar o Partido Progressista Brasileiro (PPB) – haviam apoiado dois candidatos diferentes, respectivamente, Paulo Souto (PFL) e Jutahy Magalhães Júnior (PSDB).

onde este último é prefeito. O candidato representa um partido da situação estadual.

- f) O candidato a governador apoiado pelo partido de um determinado notável perde no município onde este último é prefeito. O candidato representa um partido da oposição estadual.

Temos, portanto, dois casos de correlação positiva entre a influência do prefeito e o resultado das eleições estaduais no seu município (*a* e *b*, independentes do fato que o candidato vencedor a nível local seja apoiado pelo aparato do governo estadual), dois casos neutros (*c* e *d*) e dois casos de correlação negativa (*e* e *f*). Em 1998 a correlação positiva é avassaladora: em 76% dos casos nos quais um determinado município é comandado por um notável inscrito a um partido da coalizão do governador vence o candidato da situação (*a*), mais outro 2% de casos onde os notáveis da oposição conseguem fazer prevalecer, nos respectivos municípios, os candidatos de seus partidos (*b*). As circunstâncias nas quais o resultado das urnas contradiz as indicações dos prefeitos assomam, por sua vez, 22%, dos quais 20% são formados por municípios nos quais, triunfa o candidato situacionista (*f*) e 2% por comunas na qual vence a oposição (*e*). Em 2002 a conjuntura é bastante parecida, com a única diferença de que em nenhum município vence um candidato da oposição apoiado pelo líder local. De fato, em 73% dos casos triunfa o candidato situacionista, Paulo Souto, com o apoio do notável do lugar (*a*). O próprio Souto se impõe em outros 20% de municípios comandados por notáveis oposicionistas (*f*), enquanto 2% das comunas é governada por notáveis neutros (*c* e *d*). A porcentagem de vitórias da oposição nos municípios situacionistas (*e*) sobe, por sua vez, para 5%.

Particularmente interessante é a situação que se verificou em 2006, o ano da grande virada na política estadual. Observamos, nessa conjuntura, que a vitória de Jaques Wagner constituiu uma autentica surpresa, pelo menos se considerarmos o posicionamento dos prefeitos (notáveis ou não) eleitos em 2004. De fato, 71% deles apoiava a reeleição de Paulo Souto, à frente de tão somente 14% favoráveis a Wagner, de 2% que sustentavam outros candidatos menores (que não venceram em nenhum dos municípios) e de 13% neutros (uma porcentagem que, todavia, quase dobrou com respeito aos pleitos precedentes). O mesmo dado se reflete também nos municípios governados pelos notáveis; nestes, porém, a correlação entre suas indicações de voto e a preferência dos eleitores se mantem, apesar de tudo, superior à metade dos casos. Em detalhe: 38% são municípios nos quais vence Souto (*a*) e 15% (uma porcentagem ligeiramente superior ao dado geral) nos quais vence Wagner (*b*). Este último triunfa em outros 35% de municípios governados por notáveis situacionistas (*e*), enquanto Souto prevalece em 3% das comunas de notáveis da oposição estadual (*f*). A correlação negativa entre voto e influência dos líderes locais se estabiliza, assim, em 38% (à frente de uns 53% de correlação positiva); o quadro é completado por uns 9% de municípios governados por notáveis neutrais, com 4% de vitórias da situação (*c*) e 5% de vitórias da oposição (*d*).

A verdadeira mudança, no que concerne aos notáveis locais, ocorre nas eleições estaduais de 2010, as primeiras a serem caracterizadas por um cenário verdadeiramente tripolar. Aos dois favoritos tradicionais, Jaques Wagner e Paulo Souto, junta-se Geddel Vieira Lima, do PMDB, que tinha contribuído, de modo decisivo, à vitória de Wagner em 2006, conduzindo um verdadeiro e próprio

recrutamento de líderes locais, os quais tinham abandonado o PFL e seus aliados para aderir ao PMDB, então coligado com o PT. A mesma coligação se manteve no nível nacional, com Geddel que se tornou ministro da Integração Nacional do segundo governo Lula, enquanto, no estado de Bahia, houve uma ruptura entre Wagner e seu *kingmaker*, consumada em 2009, e os dois se apresentaram como adversários nas eleições do ano sucessivo. Na véspera desses pleitos, o PMDB e seus aliados contavam com o apoio teórico de 46% dos prefeitos eleitos dois anos antes, à frente de 37% favoráveis ao governador e 16% partidários de Souto. O resultado das urnas, porém, foi muito diferente: em 397 dos 417 do estado triunfou Wagner, Souto conquistou 7 e Geddel 13. A vitória avassaladora do governador em exercício pareceu surpreender até os notáveis – muitos dos quais eram membros de partidos da coalizão de Geddel, como o PMDB e o PR – e, pela primeira vez, a correlação entre a sua influência e o voto dos seus administrados resultou negativa: 63%, inteiramente composta por municípios onde prevaleceu Wagner (*f*). De fato, apenas 32% dos notáveis tinham apoiado o governador e em nenhum dos municípios administrados por eles a oposição estadual conseguiu se afirmar, se excetuarmos quatro que tinham prefeitos do PMDB⁶¹.

Em 2014, a situação estabiliza-se novamente ao redor de dois candidatos, mas a adesão dos notáveis em relação ao governo não voltou mais a ser tão elevada como na época em que o PFL dominava o estado. A correlação entre sua influência e o voto nos respectivos municípios se fixou, todavia, em 63% (59% para os notáveis situacionistas e 4% para os da oposição, à frente de 37% de comunas onde ganhou o candidato adversário: do governo (em 27% dos casos) ou da oposição (10%). Em 2018, por fim, nas primeiras eleições que viram um dos notáveis locais, o ex-prefeito de Feira de Santana, Zé Ronaldo (DEM), concorrer em oposição ao governador em exercício, Rui Costa, este prevaleceu em nada menos que 414 dos 417 municípios baianos⁶². Apesar desse resultado plebiscitário, e do fato de que quase a metade dos notáveis apoiaram a oposição (40,2%), candidatos menores (5,9%) ou se mantiveram neutros (2,9%), a sua influência se revelou, mais uma vez, bastante expressiva (50,7%). No conjunto do período 1998-2018, a correlação positiva entre a influência dos líderes locais e o resultado das eleições estaduais nos respectivos municípios foi de 57,9%, com tendência à diminuição, ao longo dos anos. Tal tendência não consegue, todavia, abalar o que ainda hoje parece ser um fato incontestável: na maioria absoluta dos municípios administrados pelos notáveis quem vence é “seu” candidato a governador.

3. Conclusões

Tanto Carvalho quanto Leal concordam sobre o fato de que a efetiva permanência do personalismo na política brasileira só poderá ser medida através da “pesquisa de campo”⁶³, baseada

61 Trata-se de Almadina (cujo prefeito era, na época, José Raimundo Laudano Gomes), Iuiú (Reinaldo Barbosa de Góes), Jacaraci (Antônio Carlos Freire de Abreu) e Paramirim (Júlio Bernardo Brito Vieira Bittencourt).

62 As únicas comunas onde venceu Zé Ronaldo, além de Feira de Santana, foram Itapetinga (na mesorregião Centro-Sul) e Buerarema (na microrregião de Ilhéus-Itabuna).

63 Carvalho, “Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo”.

“em minuciosas análises regionais”⁶⁴. É o que tentamos fazer na presente análise dos notáveis baianos que, esperamos, possa ser integrada por uma série de estudos monográficos acerca de cada município. De fato, estamos convencidos que tão somente um estudo prosopográfico, que compreenda toda a classe política local (dos vereadores ao prefeito, ao seu vice e secretários) e destaque os interesses e as ligações entre seus membros, com uma atenção particular às práticas de nepotismo e clientelismo ainda bastante difusas, possa fazer luz sobre o que se esconde atrás do mecanismo eleitoral nos municípios brasileiros. De qualquer maneira, acreditamos ter conseguido traçar o tipo-padrão do notável baiano contemporâneo: um indivíduo de sexo masculino, com idade compreendida entre quarenta e cinquenta anos, de cor parda ou branca, geralmente originário do município onde ganhou repetidamente as eleições; um personagem destacado na sociedade local, mais rico e instruído com respeito aos seus administrados, com os quais, todavia se preocupa em manter uma relação de proximidade e confiança.

De fato, a figura do notável é presente sobretudo naqueles municípios, longe da capital, onde o peso dos partidos políticos é menos forte e, mesmo se apresentando, de preferência, como candidato de siglas de centro e de direita, o notável está sempre prestes a mudar de partido, segundo sua conveniência, como pudemos ver nesses últimos anos. Essa ductilidade ideológica ajuda a explicar a capacidade de sobrevivência política dos notáveis, cujo número não sofreu uma diminuição significativa na passagem, aparentemente radical, da hegemonia estadual do PFL àquela do PT; eles não somente têm tendência a sustentar qualquer governo em exercício, com tanto de garantir sua reeleição, mas sabem também se tornar indispensáveis como agentes locais, levando à vitória, no seu município, o candidato a governador por eles apoiado.

Diante de tudo isso, ainda não saberíamos afirmar se é coerente ou não afirmar que há uma continuidade entre o notável contemporâneo e o coronel tradicional, ainda que a figura presente em *Coronelismo, enxada e voto* tenha bem mais que um traço em comum com o retrato que delineamos nestas páginas. Mas se há motivos para tais semelhanças, esses deveriam ser buscados na própria história do Brasil, um País onde as continuidades prevaleceram, de longe, sobre qualquer ruptura abrupta.

64 Leal, *Coronelismo, enxada e voto*, p. 19.